



CARTA À COMUNIDADE SOBRE A GREVE

A Greve da Educação Federal de 2024 aconteceu como resposta à intransigência do governo brasileiro às demandas do setor, resultado da agenda de austeridade de um governo que foi eleito com outra plataforma. Essa agenda, exigida por parte dos grupos que participam da grande coalizão necessária para vencer eleitoralmente o bolsonarismo, tendo o Legislativo como seu grande agente político, foi infelizmente também encampada por setores chave do Executivo. A arquitetura do Novo Arcabouço Fiscal se tornou uma armadilha para os serviços públicos, agora forçados a disputar o orçamento com a atual aberração das emendas do legislativo, não deixando alternativa ao movimento docente e de técnicos senão a deflagração da greve.

Desde 2023, nossa categoria, por meio de seu sindicato legítimo (ANDES-SN, com 69 instituições filiadas), negociava com o governo uma pauta unitária com o conjunto do serviço público federal. Além das pautas salariais, também estava incluída uma grande agenda de revogação de medidas restritivas de direitos dos(as) servidores(as) da educação. As respostas do governo foram desanimadoras. Em dezembro de 2023, surgiu a proposta de congelamento de salário para 2024 e 4,5% de recomposição para os anos de 2025 e 2026, com apenas o reajuste de alguns benefícios e proposta de instalação de uma mesa para a carreira, que ficou meses parada. Tal situação mudou apenas com a deflagração da greve em meados de abril de 2024. Imediatamente antes, o governo apresentou minuta de compromisso para implementar o reajuste de benefícios, desde que a greve não fosse realizada, uma exigência claramente ilegal. Com a greve iniciada, foi apresentada uma nova proposta para a recomposição salarial: ainda 0% em 2024, mas 9% em 2025, permanecendo 3,5% em 2026, além de alguns itens da pauta de revogações. Como a proposta era insatisfatória, a greve se intensificou.

Em 15 de maio, com um mês da greve, uma nova proposta foi apresentada, mantendo os mesmos índices de reajuste de abril, agora com uma mudança na carreira que aprofundou sua desestruturação. Isto foi acompanhado de um ultimato e um jogo de cena com a assinatura da Proifes (entidade paralela e sem representatividade com apenas 6 instituições filiadas), tentando forçar o final da greve. A greve novamente se intensificou e alcançou 64 instituições no início de junho, quando o governo começou a levar o movimento a sério, tanto por causa de seus atos e manifestações quanto por pressão social, numa das greves da educação que mais simpatia recebeu da sociedade civil.

Nossa categoria buscou articular-se com parlamentares para forçar uma melhor interlocução do governo com o movimento. Em uma reunião com Reitores(as) de Universidades e Institutos Federais, em 10 de junho, o governo anunciou uma importante conquista da greve, a recomposição parcial das verbas de custeio e investimentos nas Instituições Federais de Ensino (IFE), na forma de um PAC da Educação. No entanto, na mesma ocasião, tanto o presidente quanto o ministro da educação fizeram graves ilações contra o movimento grevista, buscando deslegitimá-lo. Mesmo assim, em 14 de junho, novos anúncios foram apresentados pelo governo na mesa conquistada com a



ocupação no Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos (MGI), a exemplo de pautas que o governo se mostrava profundamente inflexível (como a revogação da Portaria MEC nº 983/2020), sinalizando novas conquistas da categoria ante a deslegitimação da Proifes no processo de negociação. A avaliação que resultou no encerramento da greve levou em consideração as seguintes conquistas do movimento docente.

Remuneração, carreira docente e orçamento das Instituições Federais

- Composição parcial do orçamento das Instituições Federais no valor de R\$747 milhões. Esse valor corresponde a aproximadamente 30% do valor estimado por Reitores(as) para o orçamento das Instituições Federais de Ensino em 2024. Sem a greve, as IFE não teriam sequer recebido essa suplementação;
- Conquista de 5.600 bolsas permanência para estudantes indígenas e quilombolas;
- Implementação do reajuste de benefícios (auxílio-alimentação, auxílio-saúde suplementar e auxílio-creche), apesar de ainda não haver equiparação com os benefícios dos demais poderes;
- Início da Mesa Setorial Permanente de Negociação do MEC;
- Elevação do reajuste linear oferecido até 2026 de 9,2% para 12,8%, sendo 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em abril de 2026;
- No que se refere à carreira, elevação de steps de 4,0% para 5,0% até 2026 (com exceção de Adjunto/DI e DIII-I, que passa de 5% para 6% até 2026);
- Elevação do valor salarial para ingressantes na carreira docente (Magistério Superior e Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico);
- Proposta de revisão da IN nº 66/2022 que trata da concessão de progressão funcional e promoção aos servidores públicos civis da União;
- Revogação da Portaria nº 983/2020, cujo teor enquadra a educação profissional e tecnológica nas normativas legais do novo ensino médio, especialmente quanto à formação geral e na oferta de educação a distância;
- Isonomia entre docentes da carreira EBTT e do Magistério Superior, no que tange ao controle de frequência: docentes dos Colégios e Institutos Federais não terão mais ponto eletrônico;
- Suspensão de recursos judiciais pelo MEC frente a decisão que conferiram o RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) para aposentados(as);
- Retomada da participação de entidades sindicais no Conselho Permanente de RSC;
- Criação de Grupo de Trabalho para discussão do reenquadramento dos(as) aposentados(as), insalubridade e entrada lateral (ao ingressar em novo concurso público, docentes poderão dar continuidade a sua carreira a partir da mesma categoria em que se encontravam na Instituição de ensino anterior).

Conquistas políticas



- A ampliação da mobilização docente levando a 64 Instituições Federais de Ensino em greve;
- Ampliação da sindicalização nas seções sindicais do ANDES-SN;
- Adesão de Comandos Locais de Greve (CLG) da base da Proifes ao CNG do ANDES-SN;
- Deslegitimação da entidade fantoche, a Proifes, através de início de reivindicação das bases para desfiliação dos sindicatos da Federação;
- Formação de uma nova geração de militantes que legitimam o ANDES-SN como seu representante sindical.

Continuação da mobilização

Findado o movimento grevista docente no país, continua ainda a agenda de austeridade fiscal, prejudicando a retomada do justo orçamento da Educação Pública Federal, profundamente impactada desde 2015. Continuamos, assim, sem um projeto para a Educação que garanta a tão sonhada qualidade de trabalho e de ensino para futuras gerações. A manutenção da luta por mais orçamento e qualidade nas IFE passa dessa forma pela necessária busca da manutenção e melhoria da infraestrutura das IFE, de carreira e salários dignos que garantam a manutenção de docentes e TAE na Educação Pública Federal.

O cenário de retorno exige de toda a comunidade acadêmica a continuidade da unidade de ação, na defesa permanente de uma Universidade Pública, Gratuita, Laica, de Qualidade e Referenciada Socialmente. Em cada Universidade do país, nós docentes temos a responsabilidade de repor as aulas, retomar as atividades de pesquisa e extensão paralisadas nesse período e o dever de continuar lutando.

Para garantia dessa luta, em Assembleia da ADUFERPE, realizada nos dias 19/06, na Sede, e em 20/06, na UAST, além de indicada a saída da greve em 01/07, foi retomado e ampliado o Grupo de Mobilização da entidade, para que tanto a pauta de luta local quanto a nacional sejam encaminhadas e conhecidas pela comunidade acadêmica da UFRPE.

A Educação, responsabilidade do Estado e direito de todos(as), não é apenas uma tese, mas também e, principalmente, um movimento que deve estar sempre atento e forte à medida que o neoliberalismo em democracias, como a brasileira, obriga ou acorda com o Estado burguês vendas, ataques ou simplesmente empobrecimento dos patrimônios públicos. As escolas, Institutos e Universidades Públicas, federais ou não, conhecem bem essa história. Nossa greve teve a ver com isso. Sigamos em luta!

Recife, 27 de junho de 2024

Comando Local de Greve da ADUFERPE